

# **Legislação impede estréia**

A inauguração da TV Senado pode esbarrar em normatização legal. É que a lei que dispõe sobre o sistema remete ao Conselho de Comunicação Social a responsabilidade de opinar sobre a regulamentação da TV a Cabo no país. Este Conselho ainda não foi composto.

Seus membros devem ser quatro representantes de associações de trabalhadores, quatro representantes das empresas de comunicação e cinco representantes indicados por outras entidades. Eles terão que ser referendados pela Mesa do Congresso Nacional.

Murilo Ramos, professor de Comunicação da UnB, afirma que o impasse cria um paradoxo: o Senado precisa colocar no ar uma emissora de TV e fica impedido por razões políticas e burocráticas, por não definir os nomes dos representantes do Conselho.

Ele acrescenta que dificilmente o Conselho será formado antes do final desta legislatura.